

1 Ata da reunião ordinária nº 1502 do
2 Conselho de Administração da
3 Universidade Estadual de Londrina -
4 UEL, realizada no dia 04 de maio de
5 2022.

6 No dia quatro de maio, do ano de dois mil e vinte e dois, às quatorze
7 horas e trinta minutos, na sala virtual, **Link: meet.google.com/ybj-qcit-kht**, em função do isolamento social, decorrente da pandemia de
8 coronavírus, reuniu-se ordinariamente o Conselho de Administração,
9 sob a presidência do Reitor, prof. Sérgio Carlos de Carvalho, com a
10 presença do Vice-Reitor, prof. Décio Sabbatini Barbosa e com a
11 presença dos seguintes conselheiros: Viviane Bagio Furtoso, ana
12 Cláudia Swarça, Silvano Cesar da Costa, Tânia Lobo Muniz, Rogério
13 Zanetti Gomes, José Roberto Pinto de Souza, Aron Lopes Petrucci,
14 Eloísa Ramos Ribeiro Rodrigues, Leandro Ricardo Altimeri, Davi
15 Miranda, Paulo Liboni, Maria Elisa Cestari, Azenil Staviski, Waldir
16 Ferreira, Amauri Alcindo Alfieri. Convidados: Betty Elmer Finatti,
17 Alberto Durán Gonzáles, Cintia Lara, Débora Maiara, Maria Helena
18 Bueno e Lisiane Freitas de Freitas. Ausências justificadas: Vivian
19 Feijó, Helion Lino Junior. **I ORDEM DO DIA – ORDEM DO DIA. Item**
20 **1 - Discussão e votação da Ata 1501, de 20 de abril de 2022.**
21 **Aprovada por unanimidade. Item 2 - Processo 166/2022 – CASA**
22 **DE CULTURA - deliberar acerca da continuidade de locação do**
23 **imóvel em que está a Divisão de Artes Cênicas da Casa de Cultura**
24 **da UEL, por um novo contrato** (Relator: Prof. Dr. Azenil Staviski e
25 Maria Helena Ribeiro). Prof. Sérgio Carvalho - até a gestão anterior,
26 os contratos não passavam pelo Conselho de Administração e nessa
27 Administração, adotamos o rito de passar apreciação, para que o
28 Conselho tenha noção de todas as grandes despesas continuadas,
29 aluguéis, contratos de terceirizados, para que tenham noção dos
30 gastos da UEL. Prof. Azenil Staviski – esse aluguel é um dos sete que
31 tínhamos no início da pandemia e hoje só temos dois, porque fizemos
32 um trabalho de realocar nossas unidades para otimizar os aluguéis, só
33 estamos com esse espaço da casa de cultura e o EAAJ, que ainda
34 não conseguimos realocar. A casa de cultura teve a divisão de música
35 e a divisão de cinema e a de artes plásticas realocadas. A parte do
36 DASC do HU também foi remanejada, então, esses espaços já não
37 são mais de aluguel. O aluguel do imóvel em tela estava sendo pago
38 pelo valor de R\$ 9.869,31, até o ano passado, esses valores tiveram
39 uma redução no período de pandemia, e na renovação do contrato foi
40 combinado aplicar parcialmente o índice do INPC – Índice Nacional de
41 Preços ao Consumidor, e não seguiu o IGPM – Índice Geral de Preços
42

1 do Mercado, a que teria direito e se esse último fosse aplicado, o
2 aluguel seria reajustado para R\$ 11.600,00. Aplicando parcialmente o
3 INPC, o novo contrato ficará em R\$10.800,00, foi feita a perícia do
4 imóvel e este valor ficaria próximo a 12mil, então, o aluguel que está
5 sendo pedido está com valor razoável. O processo seguiu a nova
6 resolução, ou seja, houve a consulta ao Estado por imóvel público que
7 pudesse ser ocupado, mas recebemos a negativa, então, justifica a
8 necessidade do aluguel. Também houve o parecer da PROPLAN e da
9 PROAF. Em regime de votação. Aprovado por unanimidade. **Item 3 -**
10 **E-Protocolo 18.824.291-0 - PJU - deliberar acerca do Relatório de**
11 **Atividades da Procuradoria Jurídica, referente ao ano de 2018.**
12 **Item 4 - E-Protocolo 18.832.616-1 - PJU - deliberar acerca do**
13 **Relatório de Atividades da Procuradoria Jurídica, referente ao**
14 **ano de 2019. Item 5 - E-Protocolo 18.832.690-0 - PJU - deliberar**
15 **acerca do Relatório de Atividades da Procuradoria Jurídica,**
16 **referente ao ano de 2020. Item 6 - E-Protocolo 18.833.554-3 - PJU**
17 **- deliberar acerca do Relatório de Atividades da Procuradoria**
18 **Jurídica, referente ao ano de 2021** (Relator: Prof. Dr. Miguel Etinger).
19 Em bloco, são relatórios de toda a gestão. Estamos apenas com 5
20 advogados contratados, mas só a Dra. Marinete Violin fica aqui na
21 PJU, os demais estão alocados na PROAF, e no HU. A demanda é
22 muito alta, assim, trabalhamos com apoio de alguns assessores
23 externos. Nosso maior número de ações é na esfera estadual. Em
24 2018, os processos internos foram concluídos em número de 1580,
25 todos tiveram parecer da PJU, além das consultas verbais, via e-mail,
26 via whatsapp. Trabalhamos na elaboração da política de inovação e
27 também da regulação do processo de credenciamento das fundações.
28 Além disso, temos inúmeras respostas advindas do Ministério Público
29 e do Tribunal de Contas, que nos toma muito tempo. Sobre as ações
30 judiciais, temos aproximadamente 3mil ações em andamento, dentre
31 estas, se destacam o banco de horas, que se transformam em RPVs.
32 Temos algumas execuções também sobre insalubridade. Não temos
33 contador, então, a Dra. Marinete Violin é quem faz os cálculos.
34 Tínhamos uma ação sobre o Meta 4, mas fomos condenados a
35 integrar o Meta 4, porém, com a ressalva de não haver pré-julgamento
36 da folha de pagamento. A ação encontra-se em recurso junto ao STF.
37 Problemas decorrentes das horas extras, precisamos ajustar a forma
38 de registro, principalmente no HU. Onde se vê a palavra “eixo” nesses
39 relatórios, são os eixos do PDI. Seguindo o relato, no que tange às
40 Ações Administrativas - a curto prazo - Contratação da docente Érika
41 Juliana Dmitruk, como assessora jurídica, para trabalhar diretamente
42 com o Procurador Jurídico. Verificar como está a questão dos

1 pagamentos a fornecedores. A Reitoria determinou que todos os
2 atrasados fossem pagos. Verificar cobrança de tributo pelo Estado em
3 relação às refeições do RU. Aumento do corpo jurídico (advogados e
4 estagiários). Médio prazo - Decisão do Ministro Luis Roberto Barroso
5 do STF e relação com autonomia. Analisar esta decisão. Identificar de
6 onde surgem as maiores demandas (administrativas e judiciais).
7 Longo prazo - Consolidação de um maior corpo jurídico estável. Sobre
8 as licitações, atualmente a Dra. Arlete Reis está na DM – Divisão de
9 Materiais, no campus, dando toda a assessoria em processos de
10 Licitações. Conta com a ajuda de uma residente técnica. Foi apontado
11 que 60% das atividades são voltadas para orientação dos diversos
12 setores que precisam fazer compras, a fim de que não haja problema
13 no futuro. Não há, em regra, professores e/ou servidores que possam
14 fazer esses pareceres e demais atividades. Apenas 40% do tempo é
15 gasto com pareceres nos processos licitatórios. Isto foi apontado como
16 um problema. Sobre as demandas do TCE – a Dra. Maria Cláudia
17 Rodrigues Correia, servidora formada em Direito, cuida das questões
18 específicas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e com os
19 contratos decorrentes das licitações. Há trabalho de rotina e trabalhos
20 esporádicos. Todo mês deve enviar relatório para TCE. Em recente
21 auditoria do TCE na UEL (2018), foram identificadas as seguintes
22 irregularidades: 1 – cancelar TIDE para capacitação de técnicos (já foi
23 regularizado, tem apenas uma pessoa que está terminando o
24 mestrado/doutorado); 2 – deve passar a pagar 20% de adicional
25 noturno, em vez de 30% (já implementado); 3 – deve criar políticas de
26 gestão de pessoal (é uma questão mais abstrata, e necessita políticas
27 institucionais). As prestações de contas para o TCE têm sido
28 aprovadas nos últimos anos. Mas sempre tem alguma ressalva ou
29 recomendação. No que tange ao HU, criou setor de convênios porque
30 no campus não davam conta (PROPLAN). A maior parte das questões
31 jurídicas do HU refere-se à parte administrativa. A relação com o
32 Ministério Público (Dr. Paulo Tavares) tem sido boa, inclusive após
33 algumas reuniões mostrando como funciona o HU, o MP entrou com
34 dois procedimentos administrativos em face do Estado. Em 2019,
35 continuamos com a mesma estrutura de Pessoal. Dados Quantitativos
36 - Número de Processos judiciais – aproximadamente 3.000 (três mil)
37 em andamento. Obs: o número é variável, tendo em vista o
38 ajuizamento de novas ações e arquivamentos de outras. Petições –
39 5.165 (cinco mil cento e sessenta e cinco) Base consultada: 1ª e 2ª
40 Vara de Fazenda Pública de Londrina + 1º Juizado Especial da
41 Fazenda Pública de Londrina. Obs: não foram computadas petições
42 da Justiça Federal e Justiça Trabalhista. Processos Internos UEL

1 Pareceres Jurídicos expedidos no campus – 893 Pareceres Jurídicos
2 expedidos no HU – 585 Total: 1.478 (mil quatrocentos e setenta e oito).
3 Obs: são realizadas diversas consultas à Procuradoria Jurídica,
4 pessoalmente, via e-mail, telefone e WhatsApp, cujos atendimentos
5 não são contabilizados para fins estatísticos. Dados Qualitativos -
6 Política de Inovação. A PJU atuou com outros setores da UEL para
7 aperfeiçoar a política de inovação, de modo a fortalecer as atividades
8 de pesquisa e a relação com a sociedade. Eixo 3 – 3.1.2 (2, 5) e 3.1.3
9 (4, 6) Relacionamento com TJ/PR. Ao longo do ano foram feitas visitas
10 aos Juízes convocados e Desembargadores do Tribunal de Justiça do
11 Estado do Paraná objetivando demonstrar a exaustão financeira da
12 UEL, o nos levou a requerer nos processos judiciais a
13 responsabilidade solidária do Estado para o pagamento das RPVs –
14 Requisições de Pequeno Valor. Eixo 2 (6), Eixo 3 – 3.4 (1, 8) RPVs.
15 Após tratativas junto ao TJ/PR e CEJUSC-Londrina, foi proposta uma
16 minuta de Ato Executivo sobre os procedimentos para o pagamento
17 das RPVs, resultando no Ato Executivo nº 84/19. Eixo 2 (6), Eixo 3 –
18 3.4 (1, 8), Eixo 4 – 4.3 (1) Legislação para Fundações. A pedido da
19 Reitoria foi elaborada uma minuta de projeto de lei para as Fundações
20 no Estado do Paraná. Eixo 3 – 3.1.2 (1, 2, 5) e 3.1.3 (4, 6, 8)
21 Informações ao Ministério Público – 95 respostas. Ao longo do ano
22 foram protocoladas 95 (noventa e cinco) respostas e/ou comunicados
23 ao Ministério Público do Paraná, sobre diversos assuntos (Exemplo:
24 nomeação de concursados, folha de pagamento, realização de obras,
25 etc.). Eixo 2 (6), Eixo 3 – 3.4 (1, 8). Estudo com ATI para simplificar
26 procedimentos. Foram mantidos estudos para simplificar os
27 procedimentos internos, em especial quanto aos convênios nacionais
28 e internacionais. No ano de 2019 o estudo ainda não apresentou
29 resultados. Eixo 2 (5), Eixo 4 – 4.2 (4,5). Estudo com ATI para
30 gerenciar processos administrativos e judiciais. Ao longo do ano de
31 2019 foi analisada a possibilidade de se criar um programa de
32 gerenciamento de informações sobre os processos administrativos
33 internos e os processos judiciais. Já foi analisado o sistema utilizado
34 no EAAJ e foram passadas informações à ATI para que analise qual
35 o melhor modelo a ser adotado. Eixo 2 (5), Eixo 4 – 4.2 (4, 5)
36 Estagiários. Foi contratado um estagiário de Direito, por meio da
37 Central de Estágios do Governo do Estado. Eixo 4.1. Uma estagiária
38 de Secretariado Executivo foi contratada pelo Gabinete da Reitoria e
39 passou a auxiliar em algumas atividades junto à secretaria da PJU.
40 Parceria com a NIGEP para otimizar atuação da PJU nos processos
41 licitatórios. Foi estabelecida uma parceria com o NIGEP – Núcleo
42 Interdisciplinar de Gestão Pública, da UEL, visando aprimorar a

1 atuação da Procuradoria Jurídica nos processos licitatórios no HU –
 2 Hospital Universitário. Foram feitos alguns ajustes nos procedimentos
 3 que permitiram uma maior otimização dos trabalhos. Eixo 1 (1, 2), Eixo
 4 4 – 4.2 (5). Atuação com a PROEX para melhorar trâmites de cursos
 5 de extensão. Foram realizadas diversas reuniões com membros da
 6 PROEX sobre cursos e eventos, resultando alterações nos Termos de
 7 Compromisso, nos fluxos procedimentais. Também houve reuniões
 8 com Fundações e Institutos para aprimorar a relação com a UEL.
 9 Ambas contribuíram com a política de extensão que está sendo
 10 consolidada na UEL. Eixo 1 (1), Eixo 3 – 3.1.3 (5, 7), Eixo 4 – 4.2 (4,
 11 5). Foi elaborado um Mandado de Segurança que poderá ser utilizado
 12 em face do Governo do Estado, nos casos de tentativa de controle
 13 prévio da folha de pagamento. Eixo 1 (2) - Foi assinado um Convênio
 14 com Tribunal de Justiça do Paraná que permitirá futuras atividades de
 15 mediação, em parceria com EAAJ, visando atender a comunidade
 16 interna, e, posteriormente, atuar junto ao CEJUSC – Centro Judiciário
 17 de Solução de Conflitos e Cidadania, unidade do Poder Judiciário em
 18 Londrina. Eixo 3 – 3.1.1 (4, 5), 3.4 (1). Iniciado procedimento com a
 19 PROAF para cobrança de dívidas atrasadas – por recomendação do
 20 Tribunal de Contas do Estado. Eixo 1 (2), Eixo 4 – 4.3 (2, 6, 7). Seis
 21 advogados da Procuradoria Jurídica participaram de um evento sobre
 22 advocacia pública, organizado pela OAB Londrina. Eixo 4 (2)
 23 GEPATRIA – Ministério Público – Recomendação Administrativa nº
 24 02/2019 – TIDE Administrativo Recebida a Recomendação
 25 Administrativa, foi elaborado pedido de reconsideração. Com o fim do
 26 contrato dos Residentes Técnicos no ano de 2019, a Procuradoria
 27 Jurídica ficou sem 04 (quatro) advogados que atuavam no campus e
 28 no Hospital Universitário. Eixo 4 (1, 2) - Foram elaborados diversos
 29 estudos em parceria com a PRORH e PROAF para subsidiar
 30 respostas ao Tribunal de Contas do Estado – TCE/PR. Eixo 1, (1), Eixo
 31 4 – 4.2 (5) Dívidas judiciais. RPV. Banco de Horas até 31/07/2013.
 32 Situação estava em fase de negociação para parcelamento em folha
 33 de pagamento, visando não sermos cobrados via RPV – Requisição
 34 de Pequeno Valor, pois desta forma os pagamentos devem ser feitos
 35 com recursos próprios da UEL. Não foi possível fazer acordo para
 36 pagamento em parcelas diretamente na folha de pagamento, por
 37 expressa negativa da Secretaria de Fazenda, sob alegação de que
 38 não havia nada acordado formalmente. Propusemos realização de
 39 acordo com os advogados dos credores, com deságios para alguns
 40 créditos, que foram aceitos por alguns. Principais problemas atuais
 41 verificados pela Procuradoria Jurídica - Muitos problemas decorrentes
 42 do regime 12x36 horas. Como não há pessoal suficiente para este

1 regime, acaba virando hora extra. A UEL mantém o Banco de Horas
2 após 01/08/2013, porém sem prescrição administrativa, como ocorria
3 no banco anterior. Isto ocorre porque o volume de horas extras
4 prestadas pelo servidor extrapola o limite máximo de horas extras
5 autorizado pela Lei para pagamento. De modo que não podendo ser
6 pagas as horas excedentes ao limite legal, são elas lançadas em
7 banco de horas, mas não são compensadas. Eixo 4 – 4.1 (1) - Acerca
8 do volume de h/e é necessário verificar a sistemática de cômputo da
9 carga horária mensal útil, especialmente no âmbito do registro-ponto
10 do HU, para efetivamente verificar-se se existem horas a serem
11 registradas por força do sistema de registro e que, adequado o
12 sistema, não caracterizariam horas extras, mas carga horária regular
13 (é preciso verificar isso especialmente em relação ao regime de turnos
14 - RTT). Eixo 2 – (5); Eixo 4 – 4.3 (7) - O RPS – Regime de Plantão em
15 Sobreaviso exige controle permanente para verificar a necessidade de
16 sua manutenção nos setores que o praticam, por meio da avaliação
17 do número de RPS e do número de atendimentos (chamadas para
18 atendimento). Eixo 4 – 4.3 (7) OBS.: tais questões já são objeto de
19 processos administrativos. Em 2020, seguem praticamente as
20 mesmas atividades, com a mesma estrutura, mas foi um ano difícil
21 porque ficamos sem os residentes técnicos. Um destaque naquele
22 ano: Ações judiciais propostas pela UEL - Processo nº 0075131-
23 20.2020.8.16.0014. 2ª Vara da Fazenda Pública de Londrina. Ação
24 visando “anular a decisão de Homologação de Recomendações
25 (Acórdão nº 950/20), que recomendou ao gestor da Universidade
26 Estadual de Londrina, a exclusão do adicional noturno e da
27 Gratificação de Plantão de Sobreaviso (Docente-GPS e Técnico-RPS)
28 da base de cálculo da média de variáveis”. Processo nº 0045129-
29 67.2020.8.16.0014. 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina Ação
30 visando anular decisão liminar do Tribunal de Contas do Estado do
31 Paraná, determinando o não pagamento de Tide Administrativo e GRA
32 - Gratificação de Responsabilidade Acadêmica. Processos Internos
33 UEL - Pareceres Jurídicos expedidos no campus – 664 Pareceres
34 Jurídicos expedidos no HU – 707 Total: 1.371 (mil trezentos e setenta
35 e um) Obs: são realizadas diversas consultas à Procuradoria Jurídica,
36 pessoalmente, via e-mail, telefone e WhatsApp, cujos atendimentos
37 não são contabilizados para fins estatísticos. Dados Qualitativos -
38 Política de Inovação. A PJU atuou com outros setores da UEL para
39 aperfeiçoar a política de inovação, de modo a fortalecer as atividades
40 de pesquisa e a relação com a sociedade. Eixo 3 – 3.1.2 (2, 5) e 3.1.3
41 (4, 6) Relacionamento com TJ/PR - ao longo do ano foram mantidas
42 as ações demonstrando a exaustão financeira da UEL, comprovando

1 a impossibilidade de pagamento das RPVs – Requisições de Pequeno
2 Valor. Eixo 2 (6), Eixo 3 – 3.4 (1, 8) Obs: esta ação, ainda que tenha
3 surtido algum efeito junto ao Governo do Estado no sentido de
4 liberação de suplementação orçamentária para pagamento de RPV,
5 causou uma sobrecarga de trabalho junto à PROAF, pois várias
6 contas de convênios eram bloqueadas e depois a PJU solicitava o
7 desbloqueio de todas. Informações ao Ministério Público. Ao longo do
8 ano foram protocoladas diversas respostas e/ou comunicados ao
9 Ministério Público do Paraná, sobre diversos assuntos (Exemplo:
10 nomeação de concursados, folha de pagamento, realização de obras,
11 etc). Eixo 2 (6), Eixo 3 – 3.4 (1, 8) - Estudo com ATI para simplificar
12 procedimentos. Convênios. Apesar dos estudos para simplificar os
13 procedimentos internos, em especial quanto aos convênios nacionais
14 e internacionais, não foi possível chegar a um resultado concreto. Eixo
15 2 (5), Eixo 4 – 4.2 (4,5) - Estudo com ATI para gerenciar processos
16 administrativos e judiciais. Também não foi possível chegar a um
17 resultado concreto (obs: vide relatórios anteriores) Eixo 4 – 4.2 (4, 5).
18 Foi mantido um estagiário de Direito, por meio da Central de Estágios
19 do Governo do Estado. Eixo 4 – 4.1 Parceria com NIGEP para otimizar
20 atuação da PJU nos processos licitatórios. Foi mantida a parceria com
21 o NIGEP – Núcleo Interdisciplinar de Gestão Pública, da UEL, visando
22 aprimorar a atuação da Procuradoria Jurídica nos processos
23 licitatórios no HU – Hospital Universitário. Eixo 1 (1, 2), Eixo 4 – 4.2
24 (5) No meio do ano foi retomado o programa dos Residentes. A
25 Procuradoria Jurídica ficou com 03 (três) residentes, sendo 02 (dois)
26 atuando no campus e 01 (um) no Hospital Universitário. Eixo 4 (1, 2) -
27 Foram elaborados diversos estudos em parceria com a PRORH e
28 PROAF para subsidiar respostas ao Tribunal de Contas do Estado –
29 TCE/PR. Eixo 1, (1), Eixo 4 – 4.2 (5). Principais problemas atuais
30 verificados pela Procuradoria Jurídica. Obs: mantêm-se os problemas
31 dos anos passados. Muitos problemas decorrentes do regime 12x36
32 horas. Como não há pessoal suficiente para este regime, acaba
33 virando hora extra. O RPS – Regime de Plantão em Sobreaviso exige
34 controle permanente para verificar a necessidade de sua manutenção
35 nos setores que o praticam, por meio da avaliação do número de RPS
36 e do número de atendimentos (chamadas para atendimento). Eixo 4 –
37 4.3 (7) OBS.: tais questões já são objeto de processos administrativos.
38 Em 2021. Dados Quantitativos - Número de processos judiciais e
39 petições Processos judiciais – aproximadamente 3.000 (três mil)
40 processos em andamento. Obs: o número é variável, tendo em vista o
41 ajuizamento de novas ações e arquivamentos de outras. Petições –
42 3.897 (três mil oitocentos e noventa e sete). Base consultada: 1ª e 2ª

1 Vara de Fazenda Pública de Londrina e 1º Juizado Especial da
2 Fazenda Pública de Londrina. Obs: não foram computadas petições
3 da Justiça Federal e Justiça Trabalhista. Processos Internos UEL
4 Pareceres Jurídicos expedidos no campus – 698. Pareceres Jurídicos
5 expedidos no HU – 855. Total: 1.553 (mil quinhentos e cinquenta e
6 três) Obs: são realizadas diversas consultas à Procuradoria Jurídica,
7 pessoalmente, via e-mail, telefone e WhatsApp, cujos atendimentos
8 não são contabilizados para fins estatísticos. Política de Inovação.
9 Aprovada a Lei de Inovação do Estado do Paraná, Lei nº 20.541/2021,
10 sendo que a PJU atuou com outros setores da UEL, realizando
11 estudos técnicos para melhor aplicação de seus dispositivos. Em
12 10/11/2021 foi realizado workshop organizado pela SETI, no qual
13 foram debatidos os pontos polêmicos, havendo uma apresentação da
14 Procuradoria Jurídica da UEL. Eixo 3 – 3.1.2 (2, 5) e 3.1.3 (4, 6).
15 Fundações. Foi aprovada a Lei de Fundações do Estado do Paraná,
16 Lei nº 20.537/2021. Com isso houve a necessidade de realizar estudos
17 internos sobre seus termos e futura orientação sobre sua
18 aplicabilidade. Eixo 3 – 3.1.2 (1, 2, 5) e 3.1.3 (4, 6, 8) - Foram
19 realizadas parcerias com base na nova lei de Fundações. Município
20 de Rolândia - Secretaria Estadual de Cultura – Paraná Criativo.
21 Requisições de Pequeno Valor – n.o ano de 2021 foi restabelecida a
22 conta única judicial, na qual são bloqueados e penhorados valores
23 decorrentes de condenação judicial. No entanto, ainda ocorreram
24 bloqueios em contas de convênio, necessitando da imediata atuação
25 conjunta entre PROAF e PJU para que ocorresse a liberação destas
26 contas. Lei Estadual nº 20.656/2021 Foi promulgada a lei que
27 disciplina os atos e processos administrativos no Estado do Paraná,
28 necessitando de estudos para orientação aos diversos órgãos quanto
29 à sua correta aplicação. Eixo 4 – 4.1 (3), 4.2 (2, 4, 5) Informações ao
30 Ministério Público. Ao longo do ano foram protocoladas diversas
31 respostas e/ou comunicados ao Ministério Público do Paraná, sobre
32 diversos assuntos (Exemplo: nomeação de concursados, folha de
33 pagamento, realização de obras, etc). Eixo 2 (6), Eixo 3 – 3.4 (1, 8).
34 Ação Civil Pública para exoneração dos arquitetos assessores
35 especiais. Foi prolatada sentença na Ação Civil Pública nº 0070628-
36 53.2020.8.16.0014, proposta pelo Ministério Público, na qual
37 determinou-se a imediata exoneração dos arquitetos contratados
38 como assessores especiais, atuantes na PROPLAN e PCU. Com isso,
39 foi solicitada à SETI/SEAP autorização para abertura de Processo
40 Seletivo Simplificado para contratação temporária do mesmo número
41 de arquitetos a serem exonerados. Ao final do ano, finalizou-se o
42 processo de contratação temporária de arquitetos. Eixo 4 – 4.1 (1).

1 Compliance - A PJU se prontificou a ser o local de um primeiro estudo
2 do grupo da UEL sobre compliance. Foram feitas diversas reuniões,
3 com o fornecimento de dados e informações, tendo o trabalho sido
4 centralizado na pessoa do secretário Anderson. Eixo 1 (1, 2); Eixo 2
5 (5); Eixo 4 – 4.2 (2, 4, 5), 4.3 (7). E-Protocolo - Iniciou-se o processo
6 de implantação do e-Protocolo. Eixo 1 (1, 2); Eixo 2 (5); Eixo 4 – 4.2
7 (2, 4, 5), 4.3 (7). Eixo 4.1 Foram elaborados diversos estudos em
8 parceria com a PRORH e PROAF para subsidiar respostas ao Tribunal
9 de Contas do Estado – TCE/PR. Eixo 1 (1), Eixo 4 – 4.2 (5) Principais
10 problemas atuais verificados pela Procuradoria Jurídica. Obs:
11 mantêm-se os problemas dos anos passados. Muitos problemas
12 decorrentes do regime 12x36 horas. Como não há pessoal suficiente
13 para este regime, acaba virando hora extra. O RPS – regime de
14 plantão em sobreaviso exige controle permanente para verificar a
15 necessidade de sua manutenção nos setores que o praticam, por meio
16 da avaliação do número de RPS e do número de atendimentos
17 (chamadas para atendimento). Eixo 4 – 4.3 (7) OBS.: tais questões já
18 são objeto de processos administrativos. Aprovado por unanimidade.
19 **Item 7 - Processo 2314/2022 – PROPPG - deliberar acerca do**
20 **pedido de autorização para que o Curso de Especialização em**
21 **Engenharia de Segurança do Trabalho funcione,**
22 **excepcionalmente, com o número mínimo de inscritos abaixo do**
23 **previsto em Resolução. Item 8 - Processo 4556/2022 – PROPPG -**
24 **deliberar acerca do pedido de autorização para que o Curso de**
25 **Especialização em *Direito Civil e Processo Civil* funcione,**
26 **excepcionalmente, com o número mínimo de inscritos abaixo do**
27 **previsto em Resolução. Item 9 - Processo 2914/2022 – PROPPG -**
28 **deliberar acerca do pedido de autorização para que o Curso de**
29 **Especialização em *Controle de Infecção Relacionada à***
30 ***Assistência à Saúde* funcione, excepcionalmente, com o número**
31 **mínimo de alunos abaixo do previsto em Resolução. Item 10 -**
32 **Processo 2492/2022 – PROPPG - deliberar acerca do pedido de**
33 **autorização para que o Curso de Especialização em *Direito***
34 ***Previdenciário* funcione, excepcionalmente, com o número**
35 **mínimo de alunos abaixo do previsto em Resolução (Relator: Prof.**
36 **Dr. Amauri Alfieri). Em bloco. São 4 processos muito similares. Todos**
37 **pedem autorização para funcionar a turma com número de inscritos**
38 **abaixo do mínimo previsto na resolução. Os números de cada turma,**
39 **desde 2019, constam de cada um dos processos e percebe-se que,**
40 **devido à pandemia, houve uma redução do número de inscritos, ano**
41 **a ano, mas, já estamos sentindo um retorno da demanda. As planilhas**
42 **dos quatro cursos foram reestruturadas, pela PROPLAN, os custos**

1 foram readequados e foi possível identificar que todos os quatro
 2 cursos são passíveis de seguirem com as atividades sem gerar
 3 prejuízo para a Universidade. Os processos foram aprovados em
 4 todas as instâncias. Em regime de votação. **Aprovado por**
 5 **unanimidade. Item 11 - Processo 423/2022 – PRORH / CCS -**
 6 **deliberar acerca do pedido de alteração de regime de trabalho**
 7 **para docente do Departamento de Enfermagem/CCS. Item 12 -**
 8 **Processo 305/2022 – PRORH /CCS - deliberar acerca do pedido**
 9 **de alteração de regime de trabalho para docente do**
 10 **Departamento de Enfermagem/CCS** (Relator: Waldir Ferreira). São
 11 dois pedidos do mesmo departamento, de alteração de regime de
 12 trabalho. Foram aprovados no Conselho Departamental e também no
 13 Conselho de Centro. Considerando os números da LGU, de 1.014
 14 docentes e considerando que atualmente estamos com 997 docentes
 15 em TIDE, então, estamos com uma margem de 17 TIDES. Os dois
 16 processos, em termos formais, estão aptos para a deliberação desse
 17 Conselho. Em regime de votação. **Aprovado por unanimidade.**
 18 **INFORMES** - Estamos há 2 semanas estudando os números da LGU
 19 para a carga horária docente, porque a Lei ainda está em transição.
 20 Vamos chamar uma reunião com os diretores para sexta-feira (06/05).
 21 Ainda não convocamos porque estamos projetando esses números
 22 para ver uma média de cada departamento e cada centro, para
 23 verificar quanto de força de trabalho a LGU nos oferece, considerando
 24 também, a parte administrativa. Precisamos conversar sobre as
 25 especificidades dos indicadores da LGU. Vamos validar uma
 26 metodologia para que possamos deliberar e enviar para a PROPLAN
 27 continuar com o trabalho. Prof. Silvano Cesar – está sendo usado
 28 como data base para a docência dos departamentos o ano de 2015.
 29 Por que 2015 ou 2020 antes da pandemia? Prof. Sérgio Carvalho –
 30 em 2015 todos os departamentos tinham mais vagas do que têm hoje,
 31 aliás, tem que usar 2015, porque aquela resolução que distribui vagas
 32 para nós, estava baseada em uma lei que não existe mais. Usou 2015
 33 porque o número de vagas que os departamentos tinham é
 34 exatamente igual ao número de vagas de 2020. Se houver nos centros
 35 de vocês alterações de vagas, vocês nos comunicam e corrigimos.
 36 Prof. Aron Petrucci - professor Sérgio e professor Silvano, acha que é
 37 natural que todos estejamos muito ansiosos com esse assunto.
 38 Tínhamos pensado em uma metodologia, achou que teríamos mais
 39 tempo para discutir isso. A metodologia que pensou é, basicamente,
 40 espelhar pequenos fragmentos da própria LGU, aplicados a cada fato
 41 gerador, por exemplo, um curso é um fato gerador, quanto que cada
 42 centro colabora nesse fato gerador. Prof. Sérgio Carvalho - é essa

1 mais ou menos a ideia com a qual estamos trabalhando. Prof. Aron
2 Petrucci - vamos deixar o retorno da conversa para terça-feira, ou
3 talvez quarta-feira? Entende a nossa pressa, mas acha que ninguém
4 de nós se sente seguro em tomar uma decisão dessas sem conversar
5 no mínimo com os chefes de departamento. Porque uma vaga que
6 tira, causa um tumulto e seria interessante se fosse um sistema que
7 pudéssemos também replicar do centro para os departamentos. Prof.
8 Sérgio Carvalho - dá para pensarmos nisso, mas os departamentos
9 vão saber também, eles saem com o número de referência, nós
10 apresentaremos estes números. O Prof. Alberto Gonzáles deu a ideia
11 de reservar um número de vagas para amortecer, porque vai ter
12 aquele centro ou aquele departamento que vai aposentar a pessoa “x”
13 e só ele dá aula. Prof. Aron Petrucci - mas para isso a LGU nos dá
14 algumas possibilidades, para este tipo de coisas temos algumas
15 opções. Prof. Sérgio Carvalho - sim, para isso precisaremos pensar
16 em uma resolução que garanta essa situação também, porque será
17 algo que precisaremos nos atentar, não com tanto critério neste
18 momento, mas depois para o definitivo, os temporários dos contratos
19 de 20h, deverão ter no mínimo 10h em sala de aula. Prof. Aron
20 Petrucci - vamos ter que lembrar também que os efetivos não vão
21 poder jogar tudo nas costas dos temporários e dar 3h/aula por
22 semana. Prof. Sérgio Carvalho - sim, mas isso é para o definitivo,
23 porque agora é um acerto bem fino que deve ser feito, não dá para
24 duplicar a carga horária. Tínhamos o incentivo de dobrar turmas,
25 dobrar carga horária. Prof. Aron Petrucci - turma não gera carga pela
26 LGU, o que gera é número de alunos. Prof. Sérgio Carvalho - sim,
27 número de alunos, por isso que tem uma mudança filosófica. Davi
28 Miranda - as reuniões do Conselho de Administração retornarão
29 presencialmente? Há alguma previsão nesse sentido? Prof. Sérgio
30 Carvalho – essa administração só tem mais duas reuniões de C.A e
31 não pretende retorná-las presencialmente nesse momento. Vai deixar
32 para a próxima Reitora eleita e o Vice-reitor decidirem como serão,
33 qualitativamente, as reuniões do Conselho de Administração. Nada
34 mais havendo para tratar, o Reitor Prof. Sérgio Carlos de Carvalho
35 agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião e eu, Sirlei
36 Mariano Ferreira, Secretária “ad-hoc”, lavrei esta ata, que após lida e
37 aprovada, será assinada por mim e pelos membros do Conselho
38 presentes na reunião.

39

40 Sérgio Carlos de Carvalho

41 Reitor

42

1	Décio Sabbatini Barbosa	_____
2	Vice-Reitor	
3		
4		
5	Viviane Bagio Furtoso	_____
6	Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas	
7		
8	Ana Cláudia Swarça	_____
9	Vice-Diretora do Centro de Ciências Biológicas	
10		
11	Silvano Cesar da Costa	_____
12	Diretor do Centro de Ciências Exatas	
13		
14	Tânia Lobo Muniz	_____
15	Diretora do Centro de Estudos Sociais Aplicados	
16		
17	Airton José Petris	_____
18	Diretor do Centro de Ciências da Saúde	
19		
20	Rogério Zanetti Gomes	_____
21	Vice-Diretor do Centro de Educação, Comunicação e Artes	
22		
23	José Roberto Pinto de Souza	_____
24	Vice-Diretor do Centro de Ciências Agrárias	
25		
26	Aron Lopes Petrucci	_____
27	Diretor do Centro de Tecnologia e Urbanismo	
28		
29	Eloísa Ramos Rodrigues	_____
30	Vice-Diretora do Centro de Tecnologia e Urbanismo	
31		
32	Leandro Ricardo Altimari	_____
33	Diretor do Centro de Educação Física e Esportes	
34		
35	Davi Miranda	_____
36	Representante dos servidores técnicos administrativo	
37		
38	Paulo Liboni	_____
39	Representando a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Sociedade	
40		
41	Maria Elisa Cestari	_____
42	Representando a Pró-Reitoria de Graduação	

1
 2 Amauri Alcindo Alfieri _____
 3 Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
 4
 5 Azenil Staviski _____
 6 Pró-Reitor de Administração e Finanças
 7
 8 Waldir Ferreira _____
 9 Representando a Pró-Reitoria de Recursos Humanos
 10
 11
 12
 13

14 **CONVIDADOS**

15
 16
 17 Betty Elmer Finatti _____
 18 Diretora do Sebec
 19
 20 Edmarlon Giroto _____
 21 Diretor da Farmácia
 22
 23 Gilson Jacob Bergoc _____
 24 Prefeitura do Campus